

PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS: UMA EXPERIÊNCIA NO CHÃO DA ESCOLA

Anti-racist educational practices: an experience on the school floor

Francisco André Silva Martins

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Cláudia Elizabeth dos Santos

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Renata Moreira Silva

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Margarete Aparecida de Oliveira

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Luciana Mendonça

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Ângela Maria Souza de Assis

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

Jaqueline Cristina dos Santos Gomes

Escola Municipal Minervina Augusta - SMED - BH

RESUMO

O presente trabalho faz o relato das experiências decorrentes da realização de um seminário sobre questões étnico-raciais em uma escola pública de Ensino Infantil e Fundamental. O evento serviu como oportunidade de inquietação e sensibilização para o debate da temática, se destacando como ferramenta potencial para o fomento do debate das questões étnico-raciais e do racismo estrutural não apenas junto aos estudantes, mas também toda a comunidade escolar. Ao fim desse relato são feitas algumas reflexões sobre a importância das práticas educativas, marcadamente antirracistas, na busca por uma sociedade mais igualitária, menos desigual e menos racista, bem como sobre a dimensão política do ato educativo e da atuação docente.

Palavras-chaves: Educação Antirracista; Práticas Educativas; Racismo.

ABSTRACT

This work reports on the experiences resulting from holding a seminar on ethnic-racial issues in a public preschool and elementary school. The event served as an opportunity to raise concerns and raise awareness of the debate on the topic, standing out as a potential tool for promoting debate on ethnic-racial issues and structural racism not only among students, but also the entire school community. At the end of this report, some reflections are made on the importance of educational practices, markedly anti-racist, in the search for a more egalitarian, less unequal and less racist society, as well as on the political dimension of the educational act and teaching performance.

Keywords: Anti-Racism Education; Educational Practice; Racism.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, escrito à várias mãos, se consolida como relato de uma experiência profissional / educacional/ emancipatória, vista sob a ótica e perspectiva de uma equipe composta por um coletivo docente que atua em uma escola da rede municipal da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais. A equipe foi marcada pela sua diversidade, pela presença de duas professoras, um professor, a coordenadora pedagógica geral da escola e a coordenadora de turno, a vice direção e a direção escolar. Tais educadores/as participaram da organização e execução de um evento nomeado como Seminário Africanidade, Brasilidade e Mineiridade, tendo sua centralidade pedagógica e educativa pautada no debate sobre as questões étnico-raciais. Esse foi estruturado de maneira a congregar não apenas os/as estudantes, mas toda a comunidade escolar. Foi um evento de um dia inteiro, no qual os pais, mães e responsáveis puderam ocupar a escola e participar de palestras, oficinas, apresentações culturais, dentre outras atividades.

Nesse contexto, esse trabalho, mais que relatar uma experiência específica, se mostra também como elemento memorial de um processo gradual de ampliação e qualificação do debate das questões étnico-raciais na referida escola e, conseqüentemente, na comunidade a qual se encontra inserida. Há que se reconhecer que educamos para as relações étnico-raciais e para a prática educativa antirracista inseridos no próprio processo de luta (Gomes, 2017). Em se tratando da escola lócus da experiência abordada, trata-se de uma instituição com mais de cinco décadas de história, reconhecida e valorizada pela sua importância no processo de consolidação e crescimento do bairro. Inúmeros são os pais e mães de estudantes que outrora foram também estudantes da mesma escola, o que lhe confere um caráter de maior proximidade com os moradores do bairro e a comunidade em geral.

A Escola Municipal Minervina Augusta tem 53 anos de fundação e funcionamento ininterrupto. Na estrutura municipal está vinculada à Secretaria Municipal de Educação (SMED), Regional Norte de Belo Horizonte. Se encontra situada no bairro Campo Alegre, próximo aos limites com cidades vizinhas como Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Ainda hoje é um bairro ocupado majoritariamente por pessoas das classes populares, em sua imensa maioria trabalhadores (Aleixo, 2022). O bairro apesar de antigo ainda conta com lugares sem saneamento básico e tratamento de esgoto, bem como ruas não pavimentadas. Esse foi fundado em meados da década de 1960, como conjunto habitacional, e dadas as restrições do espaço no bairro, a escola apresenta dimensões que a fazem ser considerada uma escola pequena. A estrutura do prédio é antiga e as possibilidades de expansão restritas. Conta com 9 salas para o ensino regular e atua com turmas da Educação Infantil, perpassando os anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e culminando com a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno e atende cerca de 400 estudantes.

A instituição é pertencente ao programa municipal Escola Integrada, o que permite que os alunos, de famílias interessadas, possam permanecer na escola no contra turno e fazer aulas de tae-kwon-do,

pintura, manuseio de horta, teatro, orientação de estudos, reforço escolar, dentre outras. Diariamente é proporcionado o almoço para todos os estudantes que quiserem fazer sua refeição na escola. Dada a proximidade a escola com outros bairros como Xodó Marise, Jaqueline, Juliana e Floramar, essa acaba atendendo estudantes também dessas localidades. A escola é um espaço muito valorizado pela comunidade, o que repercute em sua ocupação nas ações promovidas pela escola, mas também aos finais de semana para uso da quadra de esportes. No IDEB de 2023 foi destaque por obter a melhor avaliação de toda a regional a qual se encontra inserida.

Diante do exposto, nos cabe ressaltar, não apenas como autoras/es do presente texto, mas como educadoras/es na referida escola, o compromisso com a luta pela garantia de uma educação pública de qualidade como direito irrestrito de todo e qualquer cidadão, independentemente de sua classe, raça, orientação sexual, religião e etc. Uma instituição que atenda a todos seus estudantes com respeito a sua singularidade e que alicerce sua prática na diversidade dos sujeitos, no respeito e diálogo também como ferramentas educativas. E para isso não nos parece ser possível se não por meio de uma educação antirracista (Carine, 2023).

Assim sendo, um seminário que tem como foco a discussão das questões raciais, se apresenta com potencial formativo marcado pela dinâmica do experimentar a concretude do chão da escola real, inclusive, por parte dos pais, mães e responsáveis. Mais que um evento festivo, ou com o foco em datas comemorativas ou ações sazonais de combate ao racismo estrutural e institucional presente na sociedade (Almeida, 2020; Vinuto, 2023), o seminário emergiu como fator de maior aproximação entre os sujeitos vários que compõem a escola, da portaria à cantina, da sala de aula à coordenação, da direção escolar à regional a qual a escola está vinculada.

Ainda em se tratando do êxito da experiência e de elementos que impactaram no processo, podemos dizer que é uma característica do corpo docente o amplo número de profissionais que se dedicou a sua formação para além dos cursos de graduação. Em sua quase totalidade estamos tratando de docentes com cursos de especialização em várias áreas, no mesmo contexto estamos falando de um conjunto de professores/as dos quais vários têm mestrado e doutorado focados no debate educacional, todavia, para além das formações, destacamos o fato de o trabalho coletivo e em equipe ser a tônica cotidiana da instituição.

O contexto profícuo para a realização de trabalhos de maior vulto não nos pode servir de nevoeiro para uma melhor compreensão das questões raciais e sua relação com as instituições escolares e por isso essa discussão nos parece vital para debatermos uma escola menos racista e, conseqüentemente, uma sociedade menos racista e com pessoas mais afeitas ao respeito ao outro, ao reconhecimento de sua humanidade. Buscando focar mais detidamente o debate proposto nos debruçamos sobre as questões raciais e sua relação com as instituições educacionais no Brasil. É incontestável o reconhecimento do avanço alcançado no país a

partir da vitória do Movimento Negro quanto a efetivação da Lei 10.639/2003¹ (Cardoso, 2002; Pereira; Pereira, 2023).

Estamos dizendo de uma lei que alterou a LDB e que oficializou a obrigatoriedade das discussões referentes à História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Essa lei reverberou na valorização do legado ancestral e tirou da marginalidade tais manifestações culturais (Gonçalves, Ribeiro, 2012). Mas nos cabe ter em mente que as estratégias do racismo são traiçoeiras e suas ações capciosas, esse avanço mencionado, se visto como algo que não retrocede, pode nos levar a incorrer em equívocos drásticos. Não se trata de um processo linear de alcance de direitos cumulativos, de um movimento unidirecional, de evolução retilínea, mas sim de um processo diuturno de disputas, de conflitos.

A luta não se findou e nunca se findará, se almejarmos uma educação antirracista. Haja visto o período de 2019/2022, marcadamente destacado pela emergência de discursos conservadores e moralistas, de aumento cotidiano nas ocorrências de atos racistas contra pessoas negras, de manifestações racistas propagadas pelo próprio poder executivo federal, de combate as políticas de igualdade racial, de crítica a práticas antirracistas e promotoras de consciência crítica. Não podemos nos iludir com o canto da sereia e pensar que as coisas estão garantidas, pois a realidade nos mostrou exatamente o contrário (Martins, 2023). Embora os avanços tenham sido enormes, como já mencionado, há que se reconhecer que ainda há muito o que avançarem.

Nos últimos anos, pesquisas com o foco nas práticas educativas antirracistas nas escolas de educação básica do país, trazem dados importantes. Tais trabalhos apontam que escolas que contam com experiências de educação antirracistas exitosas são, via de regra, marcadas pela atuação/militância de professores, em sua grande maioria negros, que ao se engajarem com esse foco nas práticas educativas cotidianas acabam mobilizando outros colegas, o que não é um modelo ideal, uma vez que essa responsabilidade compete a todos os sujeitos inseridos na instituição escolar (Alcanfor; Basso, 2019; Motta; Paula, 2019; Martins, Amaral, 2023). Diante de tal realidade, nos parece que práticas educativas antirracistas e que sejam capazes de promover a mobilização, não apenas da escola, mas de seus sujeitos vários, emergem como força potente de formação de estudantes e cidadãos antirracistas.

CONSTRUÇÃO E APROPRIAÇÃO CONCEITUAL COMO FERRAMENTE DE LUTA

Um dos grandes temores dos/das docentes quanto às discussões das questões raciais na escola diz respeito à falta de formação adequada ou a não apropriação dos conceitos que envolvem a temática. Compreendemos que tais situações podem, em grande medida, gerar insegurança aos profissionais da educação, contudo, acreditamos que tais justificativas se tornam frágeis se tomarmos como parâmetro a quantidade de materiais

¹ No ano de 2008 a Lei 10.639/2003 foi alterada. Essa se tornou a Lei 11.645/2008 e passou a tratar também das questões referentes a cultura e história dos indígenas, povos originários do país. Ambas as leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996.

disponíveis nas secretarias de educação, bem como a grande variedade de cursos de formação de professores relacionados às questões raciais oferecidos pelas próprias secretarias e pelas universidades públicas espalhadas pelo país. Já não é cabível que falas docentes baseadas na falta de domínio dos debates empreendidos na área da educação e das relações étnico-raciais sejam usadas como justificativa pelo não cumprimento de uma obrigação legal (Martins, 2012).

Dito isso, reforçamos que ao tratarmos das questões raciais e de uma educação antirracista na escola, o uso adequado dos conceitos se mostra algo vital. Isso por que não se tratam de conceitos isentos, estamos dizendo de conceitos em disputa constante e que têm relação direta com aspectos políticos, com a luta contra o racismo. Todavia, a importância do uso adequado dos conceitos não deve servir como embargo para que tais questões sejam debatidas no cotidiano da escola. Assim sendo, acreditamos que alguns conceitos são, minimamente, de conhecimento obrigatório por parte dos/das docentes, dentre eles destacamos, raça, racismo, preconceito racial, discriminação racial e mito da democracia racial. Com o objetivo de proporcionar aos leitores desse trabalho uma oportunidade de pesquisa caso seja necessário, abordaremos cada um desses conceitos, mesmo que de maneira objetiva.

Iniciamos nossas reflexões pelo “*mito da democracia racial*”. Porque dizemos se tratar de um mito a existência da democracia racial? A imagem consolidada do Brasil pelo senso comum é de um país no qual não existe racismo, no qual as três matrizes étnicas, branco europeu, indígenas e negros africanos, se misturaram e promoveram a miscigenação, a ponto de não mais podermos dizer quem é negro, quem é branco ou quem é indígena. O que dá a entender que somos todos iguais, por sermos advindos da mesma mistura de raças. Apesar de ser um discurso relativamente convincente, trata-se de um posicionamento deturpado em sua essência, não somos todos iguais. Tal discurso serve como forma de abrandar as violências do escravismo no Brasil e as relações de poder estabelecidas como forma de privilegiar os brancos em detrimento dos negros e indígenas. Conforme aponta Ronaldo Sales (2023):

A democracia racial ou o mito da democracia racial não é meramente uma falsa crença, porém envolve um modo de funcionamento e regulação das práticas sociais, das relações de poder, das formas de sociabilidade e do pensamento social que compõem um determinado regime de dominação étnico-racial historicamente constituído. (Sales, 2023, p. 105).

Partindo desses apontamentos podemos dizer que Gilberto Freyre (2001), com sua obra “*Casa Grande e Senzala*”, teve grande contribuição no fomento do discurso que prega a existência da democracia racial. Ao comparar a relação entre brancos e negros no Brasil e nos Estados Unidos Freyre vai dizer que no Brasil teria se estabelecido uma relação escravista menos violenta, mais branda, à ponto de permitir, por exemplo, que os filhos do senhor e dos escravos convivessem juntos nas fazendas. Tais apontamentos escondem violências várias, dentre elas, a prática recorrente de estupro de negras escravizadas. A miscigenação passou longe de ser uma prática altruísta do branco. No bojo desse

processo, o discurso social na inexistência do racismo esconde as mazelas das desigualdades, das violências e de todas as privações vivenciadas pelos negros no país. Por isso, a democracia racial é de fato um mito.

Cientes da efetiva existência do racismo no Brasil, passemos ao conceito de *raça*. Antônio Sérgio Guimarães (2023) nos aponta que se trata de uma palavra com uma história longa, abarcando os europeus e os continentes por eles dominados. Seu surgimento remonta período anterior o século XV e a expansão europeia e era usada para tratar da depuração de linhagens na criação de cavalos. Todavia, usualmente teve seu uso popularizado para tratar da distinção entre humanos, reportando a virtudes e defeitos transmitidos hereditariamente, promovendo a instituição de privilégios a determinados grupos. Sociologicamente, uma discussão com o foco na raça, a partir das questões étnico-raciais, implica em um movimento obrigatório no sentido de distinguirmos as questões de ordem biológica das questões de ordem social/política/cultural.

Na biologia o termo raça é utilizado como forma de distinguir uma espécie, como delimitador de um conjunto de seres que por se assemelharem em suas características constitutivas, são tratados como sendo iguais. No caso, na biologia somos todos tipos como humanos. Tais argumentos, da raça biológica, servem como ferramenta de invisibilização de elementos e práticas de distinção e hierarquização social, ou seja, se somos todos iguais, o racismo não seria plausível, não seria existente. Entretanto, quanto tratamos das questões raciais, estamos fazendo o uso da raça como categoria sociológica, dinâmica, como construção social e elemento identitário, como sendo capaz de produzir o sentimento de pertencimento e identificação a um determinado grupo (Guimarães, 2008; Almeida, 2020; Guimarães, 2023). Raça envolve, portanto, uma dimensão política, inclusive como forma de distinguir o “nós” negros dos “outros” brancos, bem como as lutas enfrentadas na organização social (Gomes, 2005).

Da palavra raça decorre a palavra *racismo*, também de vital importância para nossas reflexões. O sufixo “ismo” na Língua Portuguesa serve para designar algo generalizado, um sistema e com o racismo não é diferente. Podemos dizer que o racismo se materializa como conjunto de práticas, valores e símbolos que têm como intuito a produção da inferiorização ou diminuição de uma determinada pessoa em função de sua etnia, sua cultura e suas características fenotípicas. O racismo advoga pela superioridade de brancos em relação aos negros, inclusive como forma de naturalizar as desigualdades que se estabelecem (Almeida, 2020; Vinuto, 2023). O racismo serviu, e ainda serve, em grande medida, como argumento e justificativa para prática de violências, assassinatos e extermínio de determinados grupos, como podemos observar recorrentemente no decorrer da história.

No bojo da discussão sobre raça e racismo se faz necessário discutirmos sobre as questões relacionadas ao *preconceito racial*. O preconceito, por si só, nos remete a um juízo de valor, um posicionamento prévio diante de alguém ou algo sem antes mesmo conhecer efetivamente. Já o preconceito racial envolve a produção de uma imagem prévia,

geralmente de caráter depreciativo, de um determinado grupo, em função de suas características étnicas e raciais. O preconceito racial, em grande medida, reverbera no sentimento de ódio pelo outro, apenas por ele ser diferente (Guimarães, 2008; Silva, 2023). Todavia, acreditamos ser importante ressaltar que não se trata de um sentimento inato, mas algo que é socialmente construído.

Em relação à *discriminação racial*, podemos dizer que se trata de práticas de tratamento desigual entre sujeitos, via de regra promovendo a segregação e subalternização, em função de seu pertencimento racial, sua etnia, seus traços fenotípicos (Machado, 2023). A discriminação racial pode ser entendida como a efetiva materialização do preconceito racial e do racismo na estrutura social. Essa é por vezes disfarçada com a tentativa de desqualificar o elemento de distinção racial nela contido. Podemos citar como exemplos o fato de homens negros estarem muito mais propensos a serem revistados em uma batida policial que os homens brancos da mesma classe e estando no mesmo lugar, bem como a recorrência de anúncios de emprego que pedem, de antemão, boa aparência, que nas entrelinhas nada mais é que o fato de estarem à procura de pessoas brancas para o referido cargo. O objetivo aqui não é de esgotar as potencialidades contidas no debate dos referidos conceitos, todavia, uma prática educativa antirracista nos cobra que conheçamos sobre tais conceitos, até como forma de melhor nos posicionarmos nas lutas que iremos travar no chão da escola.

DIMENSÃO POLÍTICA DA ATUAÇÃO DE UM EDUCADOR ANTIRRACISTA

Ao discutirmos uma experiência de prática educativa com o foco nas questões étnico-raciais, estabelecida em um lugar específico e cronologicamente situada, temos que também nos ater para um debate vital, qual seja, a responsabilidade dos docentes envolvidos nesse processo e a sua politicidade intrínseca. O seminário do qual tratamos nesse relato de experiência não foi o primeiro a ocorrer na referida escola, como dito anteriormente, todavia, o interregno que separa os dois eventos é de cerca de 11 anos. Tal dado é muito importante para refletirmos sobre as ações educativas antirracistas na escola e suas potencialidades, bem como sua continuidade ininterrupta a ponto de se tornar algo habitual, que envolva a todos/as, que não seja marcada como um evento sazonal. Somos categóricos ao afirmar que práticas educativas tidas como antirracistas, eventuais, ocorrendo como comemoração específica ou apenas em datas estabelecidas, nos parecem pouco efetivas quanto ao seu potencial educativo perene de caráter antirracista. E o que faz com que tais práticas sejam, recorrentemente, marcadas pela sua condição eventual? Com ocorrências espaçadas?

Um elemento importante, que acreditamos se relacionar com as questões anteriormente abordadas e que emerge de maneira destacada em trabalhos que se debruçam sobre o estudo de práticas educativas antirracistas diz respeito ao engajamento docente (Gomes, 2006; Alcafor; Basso, 2019; Motta; Paula, 2019; Martins, Amaral, 2023). Estamos dizendo de um engajamento que, via de regra, parte de docentes negros que militam nas lutas antirracistas e que ecoam em outros docentes

que se identificam com tais lutas. Conforme nos aponta Bárbara Carine (2023), para ser um educador antirracista não precisamos necessariamente ser negros, mas na condição de brancos precisamos estar cientes de nossos privilégios e compactuar com a luta dos negros pela superação do racismo estrutural historicamente incrustado na realidade social.

Tal realidade, anteriormente apontada, do engajamento nas práticas antirracistas na escola, majoritariamente partir de docentes negros, nos coloca diante de duas situações com as quais temos que obrigatoriamente nos defrontar, quais sejam, inicialmente o fato de não podermos deixar que práticas educativas antirracistas sejam um motivo de engajamento apenas de docentes negros e militantes da luta antirracista, a segunda questão é de fomentarmos nas escolas práticas antirracistas para além do currículo, para além do dia 20 de novembro, para além de uma obrigação protocolar e sim que se torne um compromisso político coletivo de toda a escola. E qual o papel do educador/as nesse contexto?

Em diálogo com as reflexões de Paulo Freire (2020), que afirma categoricamente que o processo educativo de formação dos sujeitos é essencialmente político e que a neutralidade do educador é algo inalcançável, ousamos dizer, em concordância com o autor, que não é possível ser um educador meio antirracista ou eventualmente antirracista, trata-se de um posicionamento político a ser tomado por esse profissional com o fito de cumprir com sua responsabilidade ética de formar pessoas críticas, conscientes e reflexivas. Nesse contexto, a despeito de todas as dificuldades, que entendemos e reconhecemos, passados mais de 20 anos da Lei 10.639, não há mais como usar quaisquer subterfúgios para justificar a falta do debate sobre tais questões na escola. Conforme apontam Lucilene Alcanfor e Jorge Basso (2019):

Decorridos mais de uma década e meia, muitos dos argumentos alegados pelos educadores e gestores educacionais, relativos à falta de formação dos professores e da ausência de material didático de qualidade para o trabalho pedagógico, em nossa avaliação, não são mais aceitáveis como justificativa da precariedade do trabalho docente, em assumir uma postura mais avançada perante a pluralidade étnica e cultural brasileira, com vistas à superação do racismo epistêmico no cotidiano escolar. (Alcanfor; Basso, 2019, p. 12).

Entendemos que não se trata de um processo simples, bem como sabemos dos obstáculos a serem enfrentados, seja diante de outros colegas, ou do coletivo de pais, até dos próprios estudantes, todavia, não nos parece algo que possamos simplesmente escolher em praticar ou não praticar. A um/a educador antirracista, conseqüentemente, um/a educador progressista, comprometido com a transformação social, compete o enfrentamento de conflitos e a defesa de suas posições políticas. O engajamento com a luta antirracista na sociedade brasileira não é apenas um compromisso ético por parte dos/das docentes, mas da sociedade em sua integralidade, e para isso a escola tem que nos servir de campo para debate e consolidação de ideais. Um movimento central é de reconhecermos que a sociedade brasileira é historicamente alicerçada em práticas racistas e que o racismo é estrutural (Almeida, 2020), por estar em

todas as frestas da organização social, bem como é também estruturante, por retroalimentar sua perenidade diuturnamente por meio de valores e símbolos. E diante dessa realidade, a escola, que é também sociedade, reproduz a mesma lógica (Itani, 1998).

Estamos tratando de questões diretamente relacionadas à educação, que como processo de socialização, de preparação das novas gerações para sua inserção e ocupação de um lugar na sociedade, está fortemente pautada em uma ideologia capitalista, excludente e que privilegia uns poucos em detrimento de todo o restante (Carine, 2023). Nesse sentido, ao nos comprometermos com práticas educativas antirracistas estamos nadando contra a corrente, estamos nos colocando na arena social para disputar não apenas uma narrativa, mas para resignificar os mais de 400 anos de escravidão pelo qual passou o país. Esse cenário nos sinaliza que não nos compete apenas ser coagidos pela burocracia, pelos currículos, pelas gestões, mas ter a transgressão como elemento de potencialidade educativa (hooks, 2017)².

Nesse bojo, estamos falando de uma disputa por condições dignas de existência, pelo direito a humanização daqueles que são historicamente invisibilizados. Temos plena consciência de que se trata de um processo complexo, paulatino, mas que é sim possível. E para isso temos que refletir sobre nossas práticas e suas potencialidades. Nessa senda, compactuamos com o que bell hooks (2017) nos apresenta como sendo uma *Pedagogia Engajada*, enquanto uma prática educativa pautada na *práxis*, na formação crítica e consciente quanto a compreensão do mundo, de suas mazelas, suas violências, mas também no engajamento para aprimorar e mudar esse mesmo mundo. Uma formação que implica a ação, a reflexão sobre a ação e a retomada de uma nova ação decorrente da reflexão proporcionada.

E alguém pode estar se perguntando: e como desenvolver práticas educativas antirracistas na escola? Nilma Lino Gomes (2017) nos diz da grande potencialidade contida na ressignificação do que tratamos como conhecimento, como cultura, como legado e herança, e nesse aspecto o movimento negro pelas lutas históricas que travou no decorrer dos anos é um grande manancial de formas outras de educarmos nossos estudantes. Uma educação política, engajada, transgressora e que se coloque em oposição direta às violências que a sociedade impõe. Nesse sentido, nos parece condição *sine qua non* de uma educação antirracista exitosa em suas práticas o estabelecimento da luta contra a cultura hegemônica eurocentrada, que prega a inferioridade dos negros e deu origem ao discurso de superioridade do branco em relação ao negro. Portanto, entendemos que uma educação antirracista está diretamente ligada a uma concepção decolonial de educar (Carine, 2023), fomentando a reflexão e valorização de outras formas de conhecimento, que não apenas do branco, europeu.

Não basta termos como meta promover o engajamento dos estudantes na luta contra o racismo, mas sim que compreendam todas as nuances que

² O nome da autora se encontra grafado no trabalho de modo que destoia do que as normas de publicação determinam, ou seja, com a letra inicial em maiúsculo. Essa é uma exigência da própria autora que faz questão de ser citada com letras minúsculas.

perpassam sua ocorrência e violências, daí sim significar a luta a partir da realidade áspera que se apresenta. Esse conhecimento construído na luta real e direta torna-se capaz de ecoar fortemente na realidade social. Na atualidade isso pode ser percebido, por exemplo, no modo como a estética negra ocupado lugar de destaque, não apenas pela disputa e ressignificação do que é belo, mas pela notória condição identitária contida nessa estética. É algo do belo, mas é também algo eminentemente político.

Para além de repensar nossas práticas, temos que nos preparar para as situações reais com as quais vamos nos deparar no dia a dia da escola. E temos certeza que esse momento vai chegar e quando chegar o que vamos fazer? Entendemos que não mais podemos deixar passar despercebidas quaisquer situações que impliquem o racismo na escola. Vamos nos deparar com “brincadeiras” que não são apenas brincadeiras e nesse momento temos que nos posicionar. Apelidos, piadas, trotes, não podem ser desconsiderados, pois trata-se do que podemos chamar de “Racismo Recreativo” (Moreira, 2019), que sob a roupagem de uma brincadeira entre pessoas próximas, reverbera também em reprodução de discriminações socialmente perenizadas. Vamos perceber situações, que apesar de poderem soar como sutis, para quem sofre são marcadamente violentas. Ser um/a educador/a antirracista cobra de nós uma vigilância constante, pois o racismo estrutural, não deixa a escola passar incólume, por isso nos cabe lutar nesse campo em busca de uma sociedade menos racista, quiçá um dia uma sociedade que possamos dizer não racista.

POTENCIALIDADES EDUCATIVAS

Um trabalho que, por meio do relato de uma experiência, elaborado pela equipe organizadora do evento, pode, e com razão, ser visto como maculado pelo olhar dos próprios envolvidos, pode remeter a uma valorização exacerbada do que pode ter sido a idealização de algo de menor impacto, ou mesmo, pode remeter a uma certa miopia educacional por inviabilizar aos autores do relato o que algumas pessoas podem considerar como sendo a objetividade de um distanciamento necessário para esse tipo de análise. Cientes de nossas limitações e conscientes do devido cuidado a ser tomado quando nos engajamos em textos dessa natureza, buscamos a todo tempo da escrita nos colocar em posição de inquietação com o que poderia soar como naturalização. E por isso mesmo, mais que buscar uma autopromoção de nossa atuação profissional ou o estabelecimento de panfletagem sobre nossa escola, nos coube o entendimento dessa produção reflexiva como potencial força motriz capaz de mobilizar outras escolas, outros colegas, outras comunidades educativas. Para além disso, não há mais nada o que esperamos.

Diante da amplitude do evento, de sua ocorrência com uma grande quantidade de ações e debates, optamos por focar esse relato de experiência em três elementos que nos pareceram se destacar como potencialidade educativa, não apenas dos estudantes – apesar de darmos destaque a uma oficina educativa em específico –, mas dos vários sujeitos que compõem a realidade escolar. Assim sendo, partimos, inicialmente do processo de ocupação da escola por parte dos pais, mães, responsáveis e

demais familiares. A escola em questão, historicamente, tem na aproximação com a comunidade uma de suas virtudes, bem como uma efetiva participação dos responsáveis pelos estudantes em todos os eventos promovidos, das feiras de ciência às festas da família, das assembleias escolares às reuniões de pais, todavia, nos cabe destacar o que acabou nos chamando atenção.

O seminário em questão ocorreu em um dia de semana e foi realizado durante todo o dia, ocupando a agenda de todos os estudantes, da educação infantil, ao ensino fundamental, portanto, tratou-se de algo que demandava certo engajamento de quem quisesse participar das várias ações em sua totalidade. Por se tratar de um dia útil, normal, no qual os adultos, obviamente, teriam compromissos profissionais ou de ordem familiar, a quantidade de participantes chamou a atenção, superando em muito as expectativas da comissão organizadora.

Inicialmente havia um certo receio pairando no ar, qual seja, os possíveis impactos causados no público. Sabíamos que a promoção do debate era de grande importância, embora, na mesma medida, sabíamos que se tratava de uma temática delicada uma vez que a realidade social é ainda marcada por imagens estereotipadas em relação ao tema. O receio se fez desnecessário, vários pais e mães se pronunciaram sobre a importância da atividade e do debate proposto. No início, em um lanche de confraternização, as conversas entre pais, mães e professores/as girava em torno da importância de experiências como a que estava sendo proposta. Esse movimento de maior aproximação entre escola e comunidade nos parece ter sido um dos pontos de destaque quanto ao êxito do evento.

Uma outra ação que ganhou notoriedade, não apenas entre os/as estudantes, mas para com todo o público presente, foi uma mesa de relatos de experiências, na qual pudemos contar com a direção da escola, gestores da regional, colegas de outras escolas, bem como a fala de uma visitante de destaque, a senhorita Cheila Caetano Vilanculo, que é professora em Moçambique, país de língua portuguesa do continente africano. A referida professora está no Brasil para desenvolver seus estudos de mestrado em educação no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Várias foram as impressões emanadas pelo público, da curiosidade à apreciação eufórica. O sotaque marcadamente moçambicano chamava atenção, principalmente, das crianças menores. As roupas coloridas impactaram pela sua beleza. As diferenças culturais e as similaridades causavam certo espanto, a força do acesso ao que era desconhecido. As risadas ficavam por conta dos significados de algumas palavras, algumas situações específicas vivenciadas em seu país.

O que nos parece ter impactado positivamente foi a presença de alguém vindo de um lugar distante, um país do outro lado do Atlântico, e estar conosco, sendo acessível a todas as pessoas, respondendo suas perguntas, interagindo. Um processo que, aos nossos olhos, serviu para valorização e reconhecimento do legado africano para a sociedade brasileira, não sob uma perspectiva exótica, mas sim de reconhecimento das proximidades e da riqueza cultural. Ao final a professora dividiu conosco que se sentiu uma verdadeira celebridade, deu autógrafos, tirou fotos e ganhou presentes dos estudantes.

Em se tratando das potencialidades educativas, trazemos ao debate situações ocorridas em uma oficina proposta por uma professora e um professor e que tinha como objetivo a discussão do racismo com o olhar voltado para as experiências dos estudantes e suas vivências na escola. A oficina teve a duração de duas horas e contemplou estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. As ações propostas tiveram como ponto de sustentação da conversa o livro *“Pequeno Manual Antirracista”* de Djamila Ribeiro (2019), bem como o diálogo coletivo entre o grupo. A opção foi pela organização por meio de uma roda de conversa, não sendo uma escolha aleatória, mas sim vinculada às convicções dos educadores quanto a potencialidade dessa forma de organização, a horizontalidade e não hierarquização dos envolvidos, a equalização dos saberes em um espaço sem cantos, sem quinas, sem colocar um ou outro em destaque, nem mesmo os professores/as (Moura, Lima, 2014).

A oficina foi iniciada com o estabelecimento de acordos, como por exemplo o respeito à fala do colega, o exercício da fala mediante a conclusão do antecessor e o uso de um objeto que passaria de mão em mão para que cada um expressasse como estava se sentindo naquele dia, seja com uma palavra, um gesto, ou qualquer outra forma de se manifestar. Tal dinâmica serviu também para “quebrar o gelo”. No início, muitos estudantes não queriam falar, e foi reforçado que ninguém seria coagido ou que iria falar sem querer, mas no decorrer da passagem do objeto, à medida que alguns se prontificaram em falar, outros que tinham se negado anteriormente também fizeram uso da palavra. Sobre os sentimentos muitos disseram estar felizes pela ocorrência do evento, outros tantos disseram que não estavam sentindo nada, mas no geral percebeu-se a mobilização do grupo para o que estava sendo proposto, ou seja, discutir sobre o racismo, sobre as experiências dos estudantes e suas vivências na escola e na sociedade.

O ponto de partida após quebrar o gelo junto ao grupo foi diagnosticar quais as representações tais sujeitos traziam consigo em relação ao racismo e a sociedade brasileira. Por mais que inicialmente tenham havido falas concisas e lacônicas, em linha gerais, era um posicionamento irrestrito o reconhecimento da existência do racismo, na mesma medida, os componentes do grupo se mostraram sensíveis as questões apresentadas, apesar de relatarem que já estiveram presentes em várias situações nas quais tivessem ocorrido comportamentos dos quais não concordavam. Principalmente por meio de apelidos e brincadeiras, que na verdade não se resumem a isso, mas sim a manifestação do que podemos chamar de *“Racismo Recreativo”* (Moreira, 2019).

A medida que a oficina caminhava os componentes do grupo se mostraram mais dispostos a participar, ficaram menos arredios e começaram a emergir vários relatos, principalmente referentes a situações que eles mesmos vivenciaram. Casos de irmãos fenotipicamente negros e que estavam cuidando de irmãos fenotipicamente brancos, ou pais negros com filhos brancos, e que eram questionados quanto a seu pertencimento à mesma família também se destacaram.

Sem simplificar o debate, mas também sem estabelecer culpados, estudantes brancos foram convidados a dizer de suas experiências, que espontaneamente proporcionaram a oportunidade de relacionar o racismo

aos privilégios da *Branquitude* (Bento, 2022), que é usufruído irrestritamente por quem é branco, independentemente de sua condição social. O cuidado caminhou no sentido de refletirmos sobre essa realidade sem estabelecer que toda e qualquer pessoa branca era intencionalmente racista ou exclusivamente culpada pela ocorrência do racismo, mas demonstrar que em uma sociedade pautada nas desigualdades raciais nos cabia buscar a igualdade racial, portanto, nos cabia ser antirracistas.

Nesse contexto, emergiu uma questão que enriqueceu o debate sobremaneira. Um estudante colocou na roda a questão de um filme da Disney recém lançado e que trazia como protagonista uma sereia negra. Alguns se posicionaram positivamente diante do fato, destacando a importância de valorização da negritude, da identidade das pessoas negras, outros disseram que não achavam que esse seria um fato que envolvia racismo, até que um estudante disse não concordar com a sereia ser representada como sendo negra, isso porque *“ninguém nunca viu uma sereia negra”*.

Essa foi a grande oportunidade de externar de maneira ilustrativa e de mais fácil compreensão as sutilezas do racismo, o professor perguntou, *“mas existem sereias brancas?”*, o estudante disse que para ele as sereias sempre foram brancas, foi então que o professor colocou em debate as representações sociais ao dizer que, *“nenhuma sereia nunca existiu, nem branca e nem negra”*, trazendo para sustentar seu argumento a matéria estudada junto ao grupo no 7º ano quanto trataram da expansão marítima, período no qual monstros imaginários, leviatãs, sereias e tritões povoavam o imaginário das pessoas. Então veio a pergunta do professor, *“vocês já pensaram porque estranhamos quando quaisquer lugares de destaque são ocupados por pessoas negras?”*. Em grupo houve a retomada de representações nas propagandas, nas novelas, nos filmes, nos lugares de poder. Tais elementos serviram para fechamento do debate e para uma maior inquietação dos sujeitos a olhar a realidade social com outros olhos.

Longe de pregar uma supervalorização das ações abordadas, nos parece que as experiências educativas, por mais simples que possam parecer, apresentam oportunidades ricas de promovermos o debate que sustenta a luta por uma sociedade antirracista. Uma oficina? Um seminário? Um dia? Em uma escola? Resolve o problema? Obviamente que não, seria não apenas ingenuidade pensar assim, mas sim uma mentira. Todavia, ações cotidianas, que se retroalimentem, que se conectem com a realidade dos estudantes, que dialoguem com a realidade social concreta se mostram como elemento vital para quem se propõe a lutar por uma sociedade menos racista e mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findarmos nossas reflexões não trazemos a resposta para a resolução de um problema tão complexo quanto a existência e materialização do racismo na sociedade brasileira. Não se trata de um problema a ser resolvido burocraticamente, sua historicidade, sua existência longa, nos dão sinais de que ainda há muito o que caminhar,

embora saibamos e reconheçamos todos os avanços e conquistas dos últimos tempos. Trata-se de algo processual, que leva tempo, que implica em intervenções que afetam as relações sociais, os valores das pessoas, e que por isso mesmo leva tempo e esforço contínuo.

Há muito mais a nos desmotivar que a nos engajar em tal empreitada. Aquelas falas corriqueiras que todos já ouvimos, na escola e na sociedade, que dizem que “*isso sempre foi assim*”, “*isso nunca vai mudar*”, não condizem com a educação como processo de formação de pessoas críticas e humanizadas em sua existência. Sem romanizações, entendemos que caminhar se aprende caminhando e o tamanho dos obstáculos e conflitos com os quais nos deparamos não deveria servir de empecilho, mas de comprovação do quão vital é o engajamento da escola e de seus sujeitos na luta por uma educação antirracista.

Cada um dá significado a sua existência, a sua presença na sociedade, de um ponto de vista. Dito isso, nos cabe dar maior destaque aos profissionais da educação quanto a sua responsabilidade de formação das gerações futuras, bem como sua oportunidade de combater o bom combate de seu lugar de atuação, a escola. É essa convicção que nos moveu a refletir sobre nossa própria prática, não para panfletar a favor de nós, mas na esperança de inquietar outras escolas, outros/as docentes, outros/as estudantes, outras comunidades. Se conseguirmos fomentar outras inquietações teremos alcançado nosso objetivo.

REFERÊNCIAS

ALCANFOR, Lucilene; BASSO, Jorge. Infância, Identidade Étnica e Conhecimentos de Matriz Africana na Escola. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. p. 1-20.

ALEIXO, Ricardo. **Campo Alegre – BH a cidade de cada um**. Belo Horizonte: Conceito, 2022.

ALMEIDA, Sérgio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Cia das letras, 2022.

CARDOSO, Marcos Antônio. **Movimento Negro**. Belo Horizonte: Mazza, 2002.

CARINE, Bárbara. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta, 2023.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-**

racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Identidades e corporeidades negras:** reflexões sobre uma experiência de formação de professores (as) para a diversidade étnico-racial. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma. **Movimento Negro Educador.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Prefácio. In. Ribeiro, Ana Paula Alves; Gonçalves, Maria Alice Rezende. **História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Escola.** Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito Racial:** modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Raça. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

ITANI, Alice. Vivendo o preconceito em sala de aula. In. AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e Preconceito na Escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

MACHADO, Marta. Discriminação Racial. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas.** São Paulo: Perspectiva, 2023.

MARTINS, Francisco André Silva. É possível construir um outro Continente Africano na Escola? Experiências de um curso de aperfeiçoamento para professoras. **Revista da ABPN.** v.4, n. 8, 2012.

MARTINS, Francisco André Silva. Educação e Política: sobre obstáculos e potencialidades do ato educativo. **Revista Educação e Emancipação.** São Luiz. v. 16, n. 1. 2023.

MARTINS, Francisco André Silva; Amaral, Felipe. Educação Antirracista: potencialidades e obstáculos. 2023. In. **SciELO Preprints.** <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6305>.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo.** São Paulo: Pólen, 2019.

MOTTA, Flávia; Paula, Claudenir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, 2019. p. 1-18.

MOURA, Eliana; Lima, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, 2014.

PEREIRA, Amauri Mendes; Pereira, Amilcar Araújo. Movimento Negro. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SALES, Ronaldo. Democracia Racial. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

SILVA, Luciane Soares. Preconceito Racial. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

VINUTO, Juliana. Racismo Institucional. In. Rios, Flávia; Santos, Márcio André dos; Ratts, Alex (Orgs.). **Dicionário das Relações Étnico-raciais Contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos irrestritamente a toda a comunidade da Escola Municipal Minervina Augusta, todas as pessoas envolvidas na organização e realização do Seminário Africanidades, Brasilidade e Mineiridade, sem as quais o potencial educativo antirracista dificilmente seria alcançado nos mesmos moldes, bem como também não seria possível pleitear a socialização da referida experiência por meio do presente trabalho.

Contato dos autores:

Autor: Francisco André Silva Martins
E-mail: francisco.andre@edu.pbh.gov.br

Autora: Cláudia Elizabeth dos Santos
E-mail: claudia.elizabeth@edu.pbh.gov.br

Autora: Renata Moreira Silva
E-mail: renata.moreira@edu.pbh.gov.br

Autora: Margarete Aparecida de Oliveira
E-mail: Margarete.daparecida@edu.pbh.gov.br

Autora: Luciana Mendonça
E-mail: l.mendonca@edu.pbh.gov.br

Autora: Ângela Maria Souza de Assis
E-mail: angela.dassis@edu.pbh.gov.br

Autora: Jaqueline Cristina dos Santos Gomes
E-mail: jackycristina@edu.pbh.gov.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 19/12/2024